



Atitudes e percepções sobre linguagem inclusiva e pronomes não-binários: um estudo diagnóstico com falantes brasileiros

Daniel Carvalho

Universidade Federal da Bahia, Av. Milton Santos, s/n., 40170-110, Salvador, Bahia, Brasil. E-mail: danielcarvalho@ufba.br

RESUMO. No intuito de debater o condicionamento das normas sociais na implementação de novas formas linguísticas em uma comunidade de fala, discuto no presente trabalho a relação entre as atitudes de uma amostra de falantes do português brasileiro diante da plausibilidade da adoção de estratégias para uma linguagem não-binária, abarcando-se a possibilidade de inserção na gramática desta língua de neopronomes, e suas percepções sobre essa mesma linguagem. Com respaldo na ideia de que em todas as sociedades circulam ideologias linguísticas, entendidas como compreensões socialmente incorporadas sobre a natureza, a estrutura e os usos linguísticos, parto da premissa sociolinguística da percepção enquanto julgamento do interlocutor, ao correlacionar fatores sociais a traços sociolinguísticos, constituindo um padrão de consciência social na comunidade. E, por seu turno, atitudes enquanto reações, positivas ou negativas, desse interlocutor diante da possibilidade de implementação de novas formas pronominais para gênero. A discussão parte de um experimento piloto *offline* feito com 144 participantes, que responderam a um questionário online contendo questões sobre (a) seu perfil social, (b) suas percepções quanto ao uso dos pronomes canônicos de terceira pessoa, os quais exprimem marca de gênero na língua, (c) suas percepções sobre mudança linguística e gênero gramatical, e, por fim, (d) sua opinião diante do uso de pronomes não-binários. Os resultados da amostra demonstram divergência entre suas atitudes, motivadas por ideologias linguísticas conservadoras, e suas percepções linguísticas, que tenderam a ser progressistas.

Palavras-chave: atitudes linguísticas; percepção linguística; ideologia linguística; pronomes não-binários.

Attitudes and perceptions about inclusive language and non-binary pronouns: a diagnostic study with Brazilian speakers

ABSTRACT. In order to debate the conditioning of social norms in the implementation of new linguistic forms in a speech community, in this paper I discuss the relationship between the attitudes of a sample of Brazilian Portuguese speakers towards the plausibility of adopting strategies for an inclusive language, encompassing the possibility of the insertion of neopronouns into the grammar of this language, and their perceptions about this same language. Supported by the idea that linguistic ideologies circulate in all societies, understood as socially incorporated understandings about the nature, structure and linguistic uses, I start from the sociolinguistic premise of perception as the interlocutor's judgment, by correlating social factors to sociolinguistic features, building a pattern of social consciousness in the community. And, in turn, attitudes as the reactions, positive or negative, of this interlocutor towards the possibility of implementing new pronoun forms for gender. The discussion is based on an offline experiment carried out with participants, who responded to an online questionnaire containing 79 questions about (a) their social profile, (b) their perceptions regarding the use of canonical third-person pronouns, which express gender marks in the language, (c) their perceptions about linguistic change and grammatical gender, and, finally, (d) their opinion regarding the use of non-binary pronouns. The sample results demonstrate a divergence between their attitudes and their linguistic perceptions, with the former tendencies being progressive and the latter being conservative.

Keywords: linguistic attitudes; linguistic perception; inclusive language; nonbinary pronouns.

Received on December 31, 2023.
Accepted on September 21, 2024.

Introdução

É sabido que algumas línguas adotaram formas pronominais inclusivas ou não-binárias, os chamados *neopronomes*, na tentativa de serem mais justas diante das identidades que vão além do binarismo masculino/feminino. Algumas línguas adotaram formas alternativas não marcadas para gênero, geralmente criadas ou derivadas de seu sistema morfofonológico. São os casos do mandarim falado em Hong Kong, o

espanhol, o sueco e mesmo o inglês, com seus respectivos pronomes *ta*, *elle*, *hen* e *they* singular (Carvalho, 2022). No caso dos pronomes do espanhol e do sueco, *elle* e *hen* foram dicionarizados e chancelados por suas academias. Por outro lado, algumas línguas apostam na criação de sistemas pronominais inovadores, que procuram não substituir os vernaculares, mas preencher a lacuna que surge pela desconsideração da variabilidade das categorias sociais representadas por gênero e sexualidade. É o caso do inglês, no qual podemos encontrar alguns sistemas, com os ilustrados na Tabela 1.

No português brasileiro, também é possível encontrar alguns sistemas pronominais não-binários disponíveis, como ilustrado abaixo na Tabela 2.

Destaco o fato de esses sistemas serem propostos, pelo menos inicialmente, para a modalidade escrita das línguas e, no caso do português brasileiro, aplicada de forma quase exclusiva na veiculação da modalidade escrita da língua no ambiente virtual. A possibilidade de inserção dessas novas formas na modalidade oral da língua pode ser pensada através do que Hawkey (2016) chamou de ‘eixo dos comentários metalinguísticos’, ou seja, no nível de consciência da variável linguística. Em outras palavras, a implementação de um neopronome, como os apresentados na Tabela 2, pode perpassar o nível da consciência do falante, o que já é previsto nos primórdios da teoria da variação e da mudança linguística (ver Weireich, Labov, & Herzog, 1968) como uma possibilidade de implementação da mudança. Boa parte das formas apresentadas na Tabela 2 tem lastro no sistema linguístico do português. O impasse no uso dessas formas encontra barreira nas ideologias linguísticas puristas circulantes.

Faço aqui um breve comentário sobre a fixação do perfil do ‘ser’ que serve de parâmetro para a marcação das adotadas categorias gramaticais pelo ocidente: trata-se de um ser europeu, falocêntrico e ariano (cf. Carvalho, 2020; 2021). A contemporaneidade escancara a necessidade de se observar os diferentes corpos que transitam e suas particularidades que são maciçamente ignoradas pelas instituições que formam essa sociedade contemporânea. A tardia permissão do uso do nome social por pessoas transgênero é um exemplo de cerceamento institucional que persegue esses corpos dissidentes. E a utilização de pronomes respectivos, mesmo os binários para sujeitos transgênero, torna-se um tabu porque fere essa ordem falocêntrica (Derrida, 1975). Esse não lugar dos neopronomes é o ponto de partida do presente trabalho.

Tabela 1. Sistemas pronominais não-binário para o inglês.

<i>He/She</i> [forma nominativa]	<i>Him/Her</i> [forma acusativa]	<i>His/Her</i> [forma dativa]	<i>His/Hers</i> [forma dativa]	<i>Himself/Herself</i> [forma reflexiva]
zie	zim	zir	zis	zieself
sie	sie	hir	hirs	hirsself
ey	em	eir	eirs	eirself
ve	ver	vis	vers	verself
tey	ter	tem	ters	terself
e	em	eir	eirs	emself

Fonte: <https://uwm.edu/lgbtrc/support/gender-pronouns/>.

Tabela 2. Sistemas pronominais propostos para o português brasileiro.

	ilu	elu	el	elx	ile	ili	éle	el@	elæ	êla	elo
ele/a(s)	<i>ilu(s)</i>	<i>elu(s)</i>	<i>el(s)</i>	<i>elx(s)</i>	<i>ile(s)</i>	<i>ili(s)</i>	<i>éle(s)</i>	<i>el@(s)</i>	<i>elæ(s)</i>	<i>êla(s)</i>	<i>elo(s)</i>
dele/a(s)	<i>dilu(s)</i>	<i>delu(s)</i>	<i>del(s)</i>	<i>delx(s)</i>	<i>dile(s)</i>	<i>dili(s)</i>	<i>déle(s)</i>	<i>del@(s)</i>	<i>delæ(s)</i>	<i>dêla(s)</i>	<i>delo(s)</i>
nele/a(s)	<i>nilu(s)</i>	<i>nelu(s)</i>	<i>nel(s)</i>	<i>nelx(s)</i>	<i>nile(s)</i>	<i>nili(s)</i>	<i>néle(s)</i>	<i>nel@(s)</i>	<i>nelæ(s)</i>	<i>nêla(s)</i>	<i>nelo(s)</i>
este/a(s)	<i>istlu(s)</i>	<i>estlu(s)</i>	<i>est(s)</i>	<i>estx(s)</i>	<i>iste(s)</i>	<i>isti(s)</i>	<i>éste(s)</i>	<i>est@(s)</i>	<i>estæ(s)</i>	<i>êsta(s)</i>	<i>esto(s)</i>
deste/a(s)	<i>distlu(s)</i>	<i>destlu(s)</i>	<i>dest(s)</i>	<i>destx(s)</i>	<i>diste(s)</i>	<i>disti(s)</i>	<i>déste(s)</i>	<i>dest@(s)</i>	<i>destæ(s)</i>	<i>dêsta(s)</i>	<i>desto(s)</i>
neste/a(s)	<i>nistlu(s)</i>	<i>nestlu(s)</i>	<i>nest(s)</i>	<i>nestx(s)</i>	<i>niste(s)</i>	<i>nisti(s)</i>	<i>néste(s)</i>	<i>nest@(s)</i>	<i>nestæ(s)</i>	<i>nêsta(s)</i>	<i>nesto(s)</i>
esse/a(s)	<i>isslu(s)</i>	<i>esslu(s)</i>	<i>ess(s)</i>	<i>essx(s)</i>	<i>isse(s)</i>	<i>issi(s)</i>	<i>ésse(s)</i>	<i>ess@(s)</i>	<i>essæ(s)</i>	<i>êssa(s)</i>	<i>esso(s)</i>
desse/a(s)	<i>disslu(s)</i>	<i>desslu(s)</i>	<i>dess(s)</i>	<i>dessx(s)</i>	<i>disse(s)</i>	<i>dissi(s)</i>	<i>désse(s)</i>	<i>dess@(s)</i>	<i>dessæ(s)</i>	<i>dêssa(s)</i>	<i>desso(s)</i>
nesse/a(s)	<i>nisslu(s)</i>	<i>nesslu(s)</i>	<i>ness(s)</i>	<i>nessx(s)</i>	<i>nisse(s)</i>	<i>nissi(s)</i>	<i>nésse(s)</i>	<i>ness@(s)</i>	<i>nessæ(s)</i>	<i>nêssa(s)</i>	<i>nesso(s)</i>
aquele/a(s)	<i>aquilu(s)</i>	<i>aquelu(s)</i>	<i>aquel(s)</i>	<i>aquelx(s)</i>	<i>aquile(s)</i>	<i>aquili(s)</i>	<i>aquéle(s)</i>	<i>aquel@(s)</i>	<i>aquelæ(s)</i>	<i>aquêla(s)</i>	<i>aquelo(s)</i>
daquele/a(s)	<i>daquilu(s)</i>	<i>daquelu(s)</i>	<i>daquel(s)</i>	<i>daquelx(s)</i>	<i>daquile(s)</i>	<i>daquili(s)</i>	<i>daquéle(s)</i>	<i>daquel@(s)</i>	<i>daquelæ(s)</i>	<i>daquêla(s)</i>	<i>daquelo(s)</i>
naquele/a(s)	<i>naquilu(s)</i>	<i>naquelu(s)</i>	<i>naquel(s)</i>	<i>naquelx(s)</i>	<i>naquile(s)</i>	<i>naquili(s)</i>	<i>naquéle(s)</i>	<i>naquel@(s)</i>	<i>naquelæ(s)</i>	<i>naquêla(s)</i>	<i>naquelo(s)</i>
àquele/a(s)	<i>àquilu(s)</i>	<i>àquelu(s)</i>	<i>àquel(s)</i>	<i>àquelx(s)</i>	<i>àquile(s)</i>	<i>àquili(s)</i>	<i>àquéle(s)</i>	<i>àquel@(s)</i>	<i>àquelæ(s)</i>	<i>àquêla(s)</i>	<i>àquelo(s)</i>
praquele/a(s)	<i>praquilu(s)</i>	<i>praquelu(s)</i>	<i>praquel(s)</i>	<i>praquelx(s)</i>	<i>praquile(s)</i>	<i>praquili(s)</i>	<i>praquéle(s)</i>	<i>praquel@(s)</i>	<i>praquelæ(s)</i>	<i>praquêla(s)</i>	<i>praquelo(s)</i>

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Pronome_neutro_de_terceira_pessoa.

Este artigo descreve um experimento não cronométrico (Derwing & Almeida, 2005) realizado com o objetivo de diagnosticar a relação entre a percepção dos falantes do português brasileiro sobre o processo de mudança linguística e comportamental que pode ser causada pela implementação de novas formas

pronominais na língua e as atitudes desses mesmos falantes sobre essas neofomas. Parti da hipótese de que as atitudes e as percepções desses falantes, permeadas por ideologias linguísticas conservadoras (Gal, 2023) baseadas em uma norma padrão entendida como unificadora e que torna inteligível uma língua, gerariam uma contradição ao defenderem uma flexibilização da língua, o que permitiria sua mudança, ao tempo que rejeitariam a inclusão de novas formas pronominais inclusivas para gênero no paradigma da língua. A reafirmação de que a novidade pronominal se deve ao vespeiro de gênero¹ se torna importante neste debate, pois outras implementações pronominais nem sempre são debatidas pela comunidade linguística e nem pelas instituições mesmas que apontam o dedo para as novidades voltadas à justiça de gênero. Como mencionado acima, a mudança linguística pode se apresentar através da consciência dos falantes sobre as variáveis em jogo. Como aponta Freitag (2024), Labov (1972) propõe que uma mudança linguística com consciência social surge nas camadas mais altas da estratificação social. Freitag (2024) ainda aponta que, de acordo com uma classificação de Hawkey (2016), a mudança linguística é baseada em três eixos:

[...] um eixo é a capacidade da variante ser objeto de comentários metalinguísticos (o que separa estereótipos de marcadores e indicadores), outro eixo é a identificação de prestígio explícito da variante em questão. E o terceiro eixo é o do planejamento, se uma variável é objeto de planejamento explícito, é marcada como traço (Freitag, 2024, p. 101).

Assim, os neopronomes são entendidos como estereotípicos, cujos usos são explicitamente comentados. De acordo com a classificação de Hawkey, seriam marcados com os traços [+comentários metalinguísticos] e [+planejados]. Esse nível de consciência perpassado por uma pressão normativa tanto de língua como de gênero previne o falante, no entanto, como será visto adiante, de uma aceitação mais explícita das neofomas.

As pesquisas em psicologia social desenvolvidas nos últimos quarenta anos mostram percepções e crenças pré-estabelecidas sobre todas as categorias sociais, dentre as quais encontram-se gênero e sexualidade (cf. Higgins & Bargh, 1987; Macrae & Bodenhausen, 2001). Essas crenças (ideologias) funcionam como uma forma de autoridade linguística, uma autorização indexicalizada à institucionalização da língua (a norma). Silverstein (1985) já chama a atenção para o fato de a manutenção das formas linguísticas estarem sobre o lastro de ideologias conservadoras e dominantes.

A estereotipização discutida acima aponta para uma ideologia linguística dominante. A implementação de expressões nominais com função pronominal, como ‘a gente’ e as diversas formas impessoais da língua, por exemplo, não gerara celeuma. Trago aqui um exemplo da indignação seletiva da comunidade falante e linguística sobre a implementação de novas formas pronominais. ‘Nego’, forma derivada da palavra ‘negro’, foi se gramaticalizando como forma ‘impessoal’ na língua. Alguns trabalhos, como o de Valter Carvalho (2010), assumem que a forma ‘nego’ é um exemplo de pronome impessoal pleno, totalmente esvaziado de carga lexical. No entanto, em trabalho realizado por Carvalho (2016), verifica-se que essa forma pronominal, que serve por vezes de vocativo, mas também como pronome impessoal argumento de predicadores, não sofreu *bleaching* (esvaziamento semântico) completo, carregando em seu uso traços pragmáticos pejorativos, como no exemplo (1), extraído do trabalho já mencionado de Valter Carvalho, e mesmo positivo, em contextos bastante estreitos, como em (2), extraído da canção ‘Nêga vá’, de Pepé da Valéria e Cal Adan (1997) e interpretada pelo grupo É o Tchan, ‘nega’ e ‘neguinho’ aparecem em uma contínua troca de carinho.

(1) Onde ela mora hoje e ficou um tempão lá de ... “[...] nego [...]” [número: sg/gênero: masc] às vezes fazia de lixo aí, mas chegou um tempo que ela tomou a tenência de fazer quarto sala e cozinha, hoje em dia ela fez. (Carvalho, 2010, p. 185).

(2) [...]

De quem é a boquinha, ‘nêga’?

Ela é sua, meu ‘neguinho’

[...]

Assim, inicialmente, a discussão sobre a questão recai sobre um discurso moralista e conservador, até mesmo reacionário, voltado para o desmerecimento do debate das identidades de gênero e sexual em forma de uma defesa formalista da língua. Como ilustra Freitag (2024), a criação de inúmeros projetos de lei que são apresentados em todas as esferas legislativas do país visando à proibição do uso de linguagem não-binária de gênero reverbera essa formalização. Essa observação é feita a partir de comentários como o abaixo em (3), extraído de nossa amostra, exarado por uma mulher, cisgênero, negra, com nível superior (mestrado completo) e declarada Testemunha de Jeová:

¹‘Vespeiro’ em referência ao contínuo embate existente no debate sobre gênero linguístico na atualidade: manutenção de um modelo sexista de gênero, implementação de formas justas de gênero (linguagem inclusiva e linguagem neutra) ou implementação de neofomas. Sobre esse debate, ver Freitag (2024).

(3) Eu não vejo necessidade de um pronome neutro porque vogal temática não necessariamente define gênero. A partir do momento que você tenta mudar a estrutura da língua inteira pra favorecer uma minoria, em um país que mais de 15 milhões são analfabetos ou analfabetos funcionais, além de não pensar em pessoas com deficiência auditiva que precisariam aprender uma esteira nova da língua, essa opção do pronome neutro afetaria outra parte da população. Não acredito que se trata de preconceito, mas pra mim, isso é irrelevante. Até porque tem países, por exemplo, a Alemanha, que tem pronome neutro, mas não é usado para pessoas. Se querem mudar algo, acho que deveria ser investido em políticas voltadas para essas pessoas. Espero não ter soado como uma pessoa preconceituosa.

Ponto de partida teórico

O presente trabalho se localiza em uma 'sociolinguística da percepção', partindo do julgamento do ouvinte/falante da língua que, ao correlacionar fatores sociais e traços sociolinguísticos, gera um padrão de consciência social dentro de sua comunidade de prática (Freitag & Santos, 2016). Essa percepção gera atitudes do ouvinte/falante diante desses traços linguísticos. Na Psicologia Social, de onde surge, atitude pode ser entendida como "[...] uma predisposição aprendida (crença) para responder de maneira consistentemente favorável ou desfavorável a respeito de um dado objeto" (Lima & D'Amorim, 1986, p. 133). Para Lima, Sousa, e Modesto (2023), os julgamentos gerados pelas percepções dos objetos podem variar quanto a sua 'valência', podendo ser positiva, negativa ou relativamente neutra; sua 'intensidade', o quão intensas podem vir a ser a partir de um ponto de neutralidade; suas 'bases subjacentes', se baseadas na cognição, na emoção ou na observação; ou na sua 'força', que varia quanto a persistência (atitudes mais fortes são mais resistentes à modificação).

Para Lambert e Lambert (1972, p. 78),

[... u]ma atitude é uma maneira organizada e coerente de pensar, sentir e reagir em relação a pessoas, grupos, questões sociais ou, mais genericamente, a qualquer acontecimento ocorrido em nosso meio circundante. Seus componentes essenciais são os pensamentos e as crenças, os sentimentos (ou emoções) e as tendências para reagir. Dizemos que uma atitude está formada quando esses componentes se encontram de tal modo interrelacionados que os sentimentos e tendências reativas específicas ficam coerentemente associados com uma maneira particular de pensar em certas pessoas ou acontecimentos.

Segundo Freitag (2016, p. 900), a avaliação é um ponto crucial para atitude do ouvinte diante desses traços linguísticos, visto que contribui para a formação da identidade linguística dos falantes de uma comunidade.

Lambert (1967) aponta o fato de que a manifestação de preferências e convenções sociais acerca do 'status' e 'prestígio' de seus usuários, observando que os grupos sociais de mais prestígio social, ou os mais altos na escala socioeconômica, ditam a pauta das atitudes linguísticas das comunidades de fala. Essas atitudes são, portanto, controladas por crenças (ideologias) que definem as diferentes normas de uma língua.

Essas ideologias dominantes são, por essência, conservadoras, no sentido de procurarem manter seus estatutos dominantes. E, para tal, produz-se um discurso controlado, selecionado, organizado e redistribuído que tem por finalidade conjurar seus poderes e dominar seu acontecimento (Foucault, 2001). Essas ideologias dominantes são o lastro da manutenção da ordem que se reflete linguisticamente na forma de uma norma culta.

O presente trabalho parte, então, do conceito de percepção como base avaliativa que gera os julgamentos do ouvinte/falante de uma possível implementação de neopronomes e de formas justas de gênero na língua (utilização de linguagem inclusiva ou não-binária), subjetivos apenas em parte, pois leva em conta ideologias linguísticas ditadas por grupos de maior prestígio social na contemporaneidade, e provoca atitudes diversas desses ouvintes/falantes diante das inovações linguísticas não condizentes com o pensamento dessa elite. Como veremos adiante, ao tempo que membros com perfis mais progressistas da comunidade tendem a ter crenças também mais liberais, suas atitudes diante da implementação de novidades como neopronomes são ainda bastante conservadoras, seguindo a normalização de sua formação ideológica também conservadora.

Metodologia

O trabalho baseou-se em um teste não cronométrico aplicado a 144 participantes, de forma aleatória e não monitorada, que responderam a um questionário *online* na plataforma *Google* e que ficou disponível por um período de 30 (trinta) dias durante o mês de maio de 2021, tendo sido divulgado nas redes sociais. O teste visava descrever o perfil social dos participantes e medir sua consciência gramatical e sociolinguística do uso de pronomes não-binários.

O formulário contou com um termo de consentimento livre e esclarecido, que deveria ter sua ciência confirmada para início de seu preenchimento. Todo o processo de preenchimento do formulário conservou o anonimato dos participantes. Esse formulário contou com 79 (setenta e nove) questões distribuídas em quatro seções, a saber: (a) o perfil social dos informantes, tais como idade, expressão de gênero e racial, nível de escolaridade, crenças religiosas e políticas; (b) suas percepções quanto ao uso dos pronomes canônicos de terceira pessoa, os quais exprimem marca de gênero na língua, e que foram mescladas com frases distratoras; (c) suas percepções sobre mudança linguística e gênero gramatical e sua consciência sobre feminismos e políticas inclusivas de gênero e sexualidade, medidas a partir de uma escala Likert; (d) sua opinião diante do uso de pronomes não-binários.

A primeira seção continha questões referentes às características dos participantes e visava traçar seu perfil social. Foram feitas perguntas como ‘Qual sua expressão de gênero?’, ‘Qual das opções a seguir melhor descreveria suas crenças?’, contendo alternativas para sua resposta.

Após as questões referentes ao perfil dos participantes, a segunda parte do questionário visou à observação das escolhas pronominais desses participantes quanto ao uso de pronomes de terceira pessoa no português. A tarefa constava da escolha da melhor palavra para completar um enunciado que tinha como referente expressões nominais impessoais, indeterminadas ou de leitura genérica e que não apresentavam nenhuma referência ao seu gênero, como ilustrado em (4):

(4)

(a) ‘Cada estudante’ sabia que ___ deveria terminar a tarefa antes do prazo.

(b) ‘Qualquer estudante’ que achar que ___ pode estar ficando doente deve ficar em casa e não ir à escola.

(c) Quando ‘alguém’ aprende a ler, ___ pode fazer mais na escola.

Na terceira parte do questionário, foram feitas afirmações sobre mudança linguística, implementação de neofomas e a consciência do participante quanto sexismo linguístico, tais como ‘2. A gramática pode mudar’, ‘11. Nossa sociedade deve lutar pela igualdade de gênero para homens, mulheres e pessoas trans’ e ‘15. Preocupar-se com uma linguagem sexista é uma atividade natural ou corriqueira’, cujas respostas seriam dadas em uma escala Likert com cinco alternativas, que iam de ‘1. concordo totalmente’ a ‘5. discordo totalmente’.

Por fim, a última parte exigia dos participantes que se posicionassem explicitamente sobre o uso de neopronomes e de uma linguagem não-binária. A resposta a essas perguntas/afirmações possuíam alternativas como ‘Aceitável’/ ‘Inaceitável’ ou ‘Apoio’/ ‘Não apoio’. As demais questões tinham respostas discursivas e versaram sobre aceitação e discriminação linguística de gênero e foram direcionadas às pessoas transgênero ou não-binárias participantes da pesquisa e acabaram sendo descartadas porque não foi possível estabelecer controle sobre essas respostas, que foram dadas também por pessoas que não se autodeclararam transgênero ou não-binárias.

Ao fim de cada tarefa, era perguntado aos participantes se sabiam do que tratava o experimento, o que possibilitou a validade de suas respostas seguintes. Nenhum participante deduziu corretamente os objetivos do experimento, o que possibilitou a manutenção de todos os participantes. Ao fim da coleta, as respostas foram contabilizadas e delas gerados gráficos de forma automática pela plataforma contendo a porcentagem da distribuição das respostas e dos perfis dos participantes, o que possibilitou os cruzamentos das informações e a discussão dos resultados.

Apresentação e discussão dos dados

Sobre o perfil dos participantes, as idades variaram de quinze a sessenta e dois anos, tendo sua maioria concentrada na faixa de vinte e dois aos trinta e oito anos, o que representa uma população jovem, provavelmente no mercado de trabalho. A expressão de gênero dominante foi a binária, com 54,9% de pessoas que se expressam como mulheres e 41%, como homens, de um total de 92,4% de pessoas cisgênero. Houve pessoas que se expressam como não-binárias (2,1%), andróginas, queer e gênero fluido (0,7% cada) e se identificam como pessoas transgênero (2,8%) e respostas que não pertenciam a essa categoria social, como hétero, masculino, feminino.

Sobre a localidade de residência, houve representação de todas as regiões do país. Apesar de não controlada, a região do país onde os informantes habitam forneceu um panorama do alcance do experimento. Esses participantes também informaram suas localidades de origem e se cresceram em cidades metropolitanas ou do interior, cujas respostas mostraram uma intensa variabilidade de regiões e tamanhos de localidades, que

variavam de cidades metropolitanas (56.6%), a cidades pequenas, como Arroio Grande, no Rio Grande do Sul, com pouco mais de 18 mil habitantes.

Quanto sua identidade racial, a amostra se mostrou equilibrada, com 43% de informantes autodeclarados brancos e 57%, pretos ou pardos. Em sua plena maioria (93,7%) possuíam ensino superior completo, o que era esperado devido ao disparo do experimento nas redes sociais ter contado com a rede de conhecimento do pesquisador, constituída por universitários em sua maioria. Esse perfil se mostrou relevante quando perguntado a esses participantes se haviam cursado alguma matéria voltada aos estudos sociais, como antropologia ou sociologia. 52,1% dos participantes disseram ter cursado linguística e 4,9%, estudos de gênero.

Sobre suas crenças religiosas, houve uma maioria (47,2%) de cristãos de diversas matrizes (católicos romanos, kardecistas e evangélicos, por exemplo), enquanto 36% se declararam agnósticos e 4,9% declararam-se praticantes de alguma religião de matriz africana. Ainda, a maioria desses informantes (57%) declarou que, em alguma medida, suas crenças religiosas são importantes na sua vida.

Já 84,7% dos participantes da pesquisa declararam ter perfil político progressista ou liberal, sendo apenas 4,9% declaradamente conservadores.

Assim, podemos sumarizar o perfil das pessoas participantes do experimento como sendo universitário (graduação, mestrado e doutorado), jovem, cristão e politicamente progressista/liberal. Com exceção do equilíbrio maior entre a autodeclarada raça dos participantes, esse perfil se aproxima de outros que compõem a história da sociolinguística brasileira, como o NURC – Norma Urbana Linguística Culta², projeto que documentou uma norma culta brasileira nos anos 1970. Seus informantes compunham o grupo social que foi chamado de ‘profissionais liberais’ e seu perfil aproxima-se bastante do de nossa amostra. Podemos, então, concluir que nossa amostra é composta por falantes de alguma norma culta, entendida como o padrão linguístico de comunidades falantes de alto nível de escolaridade (Bagno, 2002). Essa norma culta exerce forte influência na mídia hegemônica, especialmente na jornalística, que reproduz e é reproduzida como estereotípica urbana, de classe mais alta e alto nível de escolarização e é construída através de forte letramento escolar.

Portanto, quando tratamos em inovações linguística, podemos pensar que a força conservadora dessa norma atua em sentido contrário à implementação dessas formas, agindo em um movimento de manutenção de sua existência mesma. Esse movimento pode ser entendido das palavras de Rey (2001, p. 116), de que “[...] toda definição prescritiva da norma social é fundada na preexistência daquilo que ela tenta realizar, coloca um modelo, um arquétipo, uma ideia platônica”. Ou seja, a norma culta trata, na verdade, de uma invocação de toda ideologia subjacente das normas sociais que ela representa, gerando assim um modelo tão impositor quanto o da norma padrão.

Na segunda parte do experimento, esperava-se, como resposta às lacunas, o emprego de alguma palavra que pudesse substituir ou representar o referente. A maioria das respostas utilizou pronomes de terceira pessoa em sua forma masculina (ele/eles), com exceção para a resposta do último enunciado, que trazia ‘crianças’ com leitura genérica como referente (cf. (5)) e 100% das respostas válidas foram com o pronome de terceira pessoa feminino plural ‘elas’.

(5) Geralmente, crianças aprendem a ler antes que ___ possam escrever.

Assim, podemos concluir que a amostra é sensível à concordância de gênero quando este é indicado morfológicamente, mas que seguem o padrão normativo do genérico masculino quando não se sabe o gênero do referente. Esse dado é importante ao associarmos à tarefa seguinte, que pretendeu observar o nível de consciência gramatical dos participantes, sobre a existência de formas não-binárias de linguagem e sobre sexismo linguístico.

Perguntou-se sobre a possibilidade de mudança linguística no nível gramatical, no que se obteve 93% de concordância sobre essa possibilidade. Foi também perguntado se o uso adequado da gramática (ou seja, o uso de sua norma culta) seria importante e obteve-se 80,6% de negativas. 94,4% dos participantes concordaram que as palavras podem afetar a forma como vemos as coisas do mundo e mais de 96% responderam que a língua pode afetar nossa percepção do mundo. Curiosamente, 69,4% responderam que a gramática era necessária para que a língua permanecesse estruturada, o que foi ilustrado no comentário em (3) exposto anteriormente. Essa consciência de uma estrutura mantenedora se aproxima do que Rey (2001) atenta como sendo o discurso avaliativo-prescritivo da classe dominante abrigando-se por trás da constatação

²Os arquivos do NURC foram digitalizados em projeto de 2012 e encontram-se disponíveis no endereço <https://fale.ufal.br/projeto/nurcdigital/>. Para um maior entendimento sobre o perfil das amostras e dos informantes que compõem o projeto, recomendo a leitura de Oliveira Jr. (2019) e Freitag e Siqueira (2018).

de uma lei abstrata, no caso em questão, a estrutura linguística. A utilização de um masculino genérico e a crença em uma estrutura linguística primordial é o resultado de milênios de reafirmação dessa ideologia da manutenção da norma, que em Carvalho (2021) aponto como sendo o ‘monumento gramatical’, essa reprodução da quase imutabilidade da norma quando esta se refere à gramática. Esse monumento é acreditado como incorruptível.

Em seguida, o formulário procurou observar o nível de consciência dos participantes sobre feminismos e políticas inclusivas de gênero e sexualidade. Mais de 90% dos participantes se descreveram como afeitos às causas feministas e acreditam que devemos lutar por igualdade de gênero, incluído nessa luta os direitos, inclusive linguístico, de pessoas transgênero. A seguir, pediu-se que os participantes opinassem sobre mudança linguística e linguagem sexista. Afirmaram em sua maioria (77%) concordar com a mudança na forma como a língua é tradicionalmente falada e escrita e que há algo como uso sexista da linguagem (69,6%). 83,3% dos participantes concordaram que o uso sexista da linguagem é algo a ser eliminado, ao tempo que 87,5%, discordam de que a língua nunca será alterada por estar profundamente enraizada na cultura. Os participantes concordam ainda que a linguagem sexista está relacionada ao tratamento sexista de pessoas na sociedade (79,4%) e que, embora essa mudança seja difícil ainda devemos tentar eliminá-la (84,7% dos participantes).

Para 83% dos participantes do experimento, é importante usar uma linguagem que permita igualdade de gênero e para 82,5%, o uso de uma linguagem justa de gênero dá suporte à igualdade de gênero. Esse alto percentual de respostas progressistas quanto ao debate língua vs. gênero condiz com o perfil progressista dos informantes.

No entanto, ainda na terceira parte do formulário, perguntou-se aos participantes sobre o uso da forma masculina do pronome de terceira pessoa como forma genérica, quando remeter a leitura impessoal. As respostas foram variadas. Do total de respostas, 60,4% discordaram da afirmação de que devemos manter o emprego de ‘ele(s)’ como forma genérica de referência de terceira pessoa, o que vai de encontro às próprias respostas da maioria dos participantes na tarefa 2 do formulário, em que deveriam escolher pronomes de terceira pessoa para retomar expressões nominais sem marca de gênero. Essa contradição entre as crenças linguísticas dos participantes e suas ações linguísticas foi constante na amostra.

Em seguida, observou-se a percepção dos participantes quanto à visibilidade social e linguísticas de pessoas transgênero. Todas as questões afirmativas sobre os direitos da população transgênero foram confirmadas por mais de 90% dos participantes, incluindo-se direitos linguísticos.

Para finalizar a terceira parte do formulário, pediu-se que opinassem sobre a implementação de neopronomes na língua. Esse foi o momento com respostas mais diversificadas. Houve uma manutenção do discurso da suficiência da estrutura linguística, contradizendo a postura anterior de que a língua é mutável e deve permitir uma justiça de gênero.

A partir dos resultados, a ideia de justiça de gênero para os participantes, e que parece ser de fato uma amostra de nossa sociedade, resume-se ao ideal binário existente. Aproximadamente 30% dos participantes afirmam não terem conhecimento sobre a existência de sistemas não-binários para pronomes pessoais na língua, percentual que coincide com o de respostas negativas ao uso desses pronomes.

Ao fim dessa tarefa, perguntou-se se os participantes conhecem pessoas transgênero ou não-binárias, dos quais 76,7% das respostas foram positivas. Ainda, indagou-se sobre fazerem ou não parte da comunidade LGBTQIA+, dos quais 43% responderam fazerem parte da comunidade e 47,9% disseram que, apesar de não fazerem parte, simpatizavam com as lutas sociais da comunidade, como direitos iguais a todas as minorias de gênero e sexualidade.

A quarta e última parte do formulário buscou saber a opinião dos participantes sobre os usos dos neopronomes e o tratamento linguístico justo de pessoas transgênero ou não-binárias. Cada resposta permitia um comentário nessa fase do experimento. A primeira pergunta procurou saber dos participantes o que achavam do uso desses neopronomes para referirem a pessoas que não se identificam com um dos gêneros binários. 76,9% dos participantes acusaram aceitar esses usos. Curiosamente, os comentários que seguiram às respostas mostraram em sua maioria uma conformidade com a noção de norma e sua pretensa imutabilidade:

(6)

- a) ‘É bem difícil mudar a língua nesse sentido’;
- b) ‘primeiro: é praticamente impossível de entender a frase. segundo: não se impõe uma linguagem neutra, ela deve acontecer naturalmente’;
- c) ‘Aceitável desde que tenha um acordo, uma definição, um parâmetro’.

d) ‘Aceitável, mas ainda penso se são mesmo necessários. Confesso que ainda não refleti o bastante sobre isso. Mas, considerando as reivindicações de pessoas transgênero, é coerente que haja a mudança. Provavelmente, meus questionamentos ocorram por ser uma pauta relativamente nova para mim, por o uso desses pronomes ainda serem restritos a alguns grupos, não aparecendo ainda na mídia, por exemplo’.

e) ‘Marquei como inaceitável por não ser comum para meu ouvido. Uma vez que uma parte da comunidade passasse a usar esses termos naturalmente, eu me acostumaria como uma variante possível, mas eu mesma usaria apenas quando circulando dentro desse mesmo grupo’.

f) ‘Talvez tenha faltado uma terceira opção entre aceitável e inaceitável. Entendo a questão do uso da linguagem sexista e concordo, mas o debate do uso de estruturas como *ilu*, *elu* e afins é ainda complexo. Obviamente a língua é viva e a concretização das estruturas pode ocorrer dentro da necessidade da comunidade falante. No momento, acredito que é possível utilizar estruturas como ‘estudante’ em vez de ‘aluno/a’ (apesar de difícil, não é impossível). Pode-se pensar ainda na questão dos pronomes. Não sou da linguística histórica para ter propriedade certa, mas vi alguns comentando que o ‘ele’ é globalizante pois na passagem latim > português o gênero neutro (que tem no latim) foi adicionado ao masculino’.

g) ‘Eu não uso esses pronomes, entendo, como outros linguistas, que a implementação deles na língua é quase impossível, no sentido de ver as próximas gerações adquirindo esses pronomes espontaneamente na fase de aquisição de linguagem. Mas também não acho que eu esteja em uma posição de falar que pronomes as pessoas deveriam ou não usar’.

Observa-se a convicção de que a língua tem sentidos de mudança, ou seja, não é qualquer movimento que pode ser permitido nesse processo de mudança, reivindicando uma ordem natural para essa mudança (cf. 6a; 6b; 6c); um desconhecimento do tema, motivado pelo desinteresse da mídia hegemônica (6d; 5e); ou, ainda, um apelo a distintas ordens da norma, sendo sua mudança menos sensível no nível lexical, mas não no nível gramatical (cf. 6f; 6g). Um comentário chamou a atenção por ser de uma pessoa identificada como homem transgênero que, mesmo pertencente à comunidade T na sigla LGBTQIA+, passa por um processo de aceitação das novas formas:

(7) ‘Uma mudança provocada intencionalmente na língua causa espanto nas pessoas em geral. Eu mesmo, homem transgênero, já ridicularizei o uso de pronomes neutros. Hoje entendo que a repulsa em relação a esse uso é apenas um preconceito com uma questão que é bastante inédita na língua portuguesa. Acredito que a linguagem possa interferir e provocar mudanças no meio social’.

Os participantes ainda concordaram, em sua maioria, no uso de expressões que não apresentem morfologia variável de gênero para evitar, assim, um uso sexista da língua, como evitar o uso de ‘homem’ para se referir à espécie humana e a adoção de expressões como ‘discente’ em vez de ‘aluna/aluno’. Essa postura demonstra mais uma vez o comprometimento dos participantes com uma linguagem não sexista, mas apenas no nível lexical.

A partir dos resultados apresentados acima, podemos concluir que as percepções observadas no experimento condizem com o perfil liberal dos participantes. A aceitação de uma linguagem não sexista e a afirmação de que a língua precisa e pode se adaptar às novas realidades de gênero e sexualidades presentes na sociedade contemporânea é quase absoluta nos dados apresentados. No entanto, esse perfil liberal e progressista conflita com a ideologia normativa presente nessa sociedade.

O conservadorismo presente na elite atual da sociedade brasileira, como bem ilustrou Raquel Freitag (2024) e como pode ser observado em comentários nas redes sociais em debates sobre o tema e em projetos de leis proibitivos do uso de linguagem não binária apresentados ao legislativo, reforçam a existência de uma ideologia normativa sobre gênero na língua. A amostra não está imune a essa ideologia, como pode ser visto nos resultados da amostra que dizem respeito às suas atitudes diante da implementação especificamente de neofomas pronominais.

Considerações finais

O presente trabalho teve como objetivo observar como uma amostra de falantes do português brasileiro usuários do que se determinou chamar de norma culta apreciavam e se comportavam diante dos usos de neopronomes justos de gênero. Partiu-se do entendimento de que as percepções linguísticas dos falantes e suas atitudes diante das novas formas pronominais eram permeadas de crenças (ideologias) linguísticas conservadoras. Esse conservadorismo foi também diagnosticado no próprio perfil desses informantes, que se aproximam dos participantes do projeto NURC e que refletem um perfil social bem definido: urbana, de classe mais alta e alto nível de letramento escolar. Esse conjunto de características alimenta crenças conservadoras diante da língua.

Um balanço que pode ser feito da amostra é que ela apresenta desconformidade entre as crenças dos participantes e suas atitudes e que essas atitudes refletem uma ordem normativa da concepção de língua e de mudança linguística. Essa desconformidade ou desequilíbrio entre o que foi respondido no formulário com base na percepção do funcionamento da língua e da própria configuração da norma vigente na amostra pode ser explicada a partir do conflito gerado pelas diferenças crenças presentes nos discursos dos participantes. Ao defenderem um movimento da língua que corrobore o movimento sociocultural que envolve a inclusão de corpos dissidentes nos discursos sobre direitos, dentre eles os de gênero e sexualidade e os linguísticos, os participantes reproduzem o discurso progressista presente em sua formação política. No entanto, esse discurso é permeado de veios conservadores quando se trata de temas tabu, como novas forma de gênero, o que é justificado pela ideologia cristã também marcada no perfil da amostra.

Meu intuito com o presente trabalho não foi exaurir o tema nem apresentar dados substanciais para uma estatística dos usos dos pronomes não-binários e de uma linguagem justa de gênero, mas apresentar um primeiro diagnóstico do que podemos encontrar na sociedade brasileira mais progressista sobre seu comportamento diante desse tema. Assim, lanço como desafio, o desenvolvimento de pesquisas que avaliem a percepção e as atitudes de outros perfis da sociedade brasileira sobre o uso de linguagem inclusiva e pronomes não-binários.

Referências

- Bagno, M. (2002). Língua, história e sociedade: breve retrospecto da norma-padrão brasileira. In M. Bagno (Org.), *Linguística da norma* (p. 179-199). São Paulo, SP: Loyola.
- Carvalho, D. S. (2016). Elementos para a gramaticalização de nego no português do Brasil. *Acta Semiótica et Linguística*, 21, 55-72.
- Carvalho, D. S. (2020). As genitálias da gramática. *ABRALIN*, 19(1), 1-21.
DOI: <https://doi.org/10.25189/rabralin.v19i1.1693>
- Carvalho, D. S. (2021). *A domesticação da gramática de gênero*. Campinas, SP: Pontes.
- Carvalho, D. S. (2022). Quem é ela? A invenção de um pronome não-binário. In F. R. Barbosa Filho & G. Á. Othero (Eds.), *Linguagem 'neutra': língua e gênero em debate* (p. 119-139). São Paulo, SP: Parábola.
- Carvalho, V. (2010). *Você, a gente et alia indeterminam o sujeito em Salvador* (Dissertação de Mestrado). Universidade do Estado da Bahia, Salvador.
- Da Valéria, P., & Adan, C. (1997). Nêga Vá. In *É o Tchan do Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Polygram.
- Derrida, J. (1975). Le facteur de la vérité *Poétique*. *Revue de Théorie et d'Analyse Littéraires*, 21, 96-147.
- Derwing, B., & Almeida, R. G. (2005). Métodos experimentais em Linguística. In M. Maia & I. Finger (Eds.), *Processamento da Linguagem* (p. 401-442). Pelotas, RS: Educat.
- Foucault, M. (2001). *A ordem do discurso*. São Paulo, SP: Loyola.
- Freitag, R. M. K. (2016). Uso, crença e atitudes na variação na primeira pessoa do plural no português brasileiro. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, 32(4), 889-917.
DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-44506992907750337>
- Freitag, R. M. K. (2024). *Não existe linguagem neutra! Gênero na sociedade e na gramática do português brasileiro*. São Paulo, SP: Contexto.
- Freitag, R. M. K., & Santos, A. O. (2016). Percepção e atitudes linguísticas em relação às africadas pós-alveolares em Sergipe. In N. S. Lopes, S. S. F. Araújo, & R. M. K. Freitag (Eds.), *A fala nordestina: entre a sociolinguística e a dialetologia* (p. 109-122). São Paulo, SP: Blucher.
- Freitag, R. M. K., & Siqueira, M. (2018). Ainda sobre possessivos de terceira pessoa no português. *Caderno de Squibs: Temas em Estudos Formais da Linguagem*, 4(2), 32-44.
- Gal, S. (2023). Language ideologies. *Oxford Research Encyclopedia of Linguistics*.
DOI: <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780199384655.013.996>
- Hawkey, J. (2016). Developing discussion of language change into a three-dimensional model of linguistic phenomena. *Language and Linguistics Compass*, 10(4), 176-190.
- Higgins, E. T., & Bargh, J. A. (1987). Social cognition and social perception. *Annual Review of Psychology*, 38, 369-425. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev.ps.38.020187.002101>

- Labov, W. (1972). *Sociolinguistic patterns*. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press.
- Lambert, W. E. (1967). A social psychology of bilingualism. *Journal of Social Issues*, 23(2), 91-109.
DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1967.tb00578.x>
- Lambert, W. W., & Lambert, W. E. (1972). *Psicologia social* (3a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Lima, T. J. S., Souza, L. E. C., & Modesto, J. G. (2023). Atitudes. In A. R. R. Torres, M. E. O. Lima, E. M. Techio, & L. Camino. *Psicologia social: temas e teorias* (p. 171-202). São Paulo, SP: Blucher.
- Lima, V. M. L. M., & D'Amorim, M. A. (1986). A relação atitude-comportamento à luz da Teoria da Ação Racional. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 38(1), 133-142.
- Macrae, C. N., & Bodenhausen, G. V. (2001). Social cognition: categorical person perception. *British Journal of Psychology*, 92(1), 239-255. DOI: <https://doi.org/10.1348/000712601162059>
- Oliveira Jr., M. (2019). *NURC 50 anos*. São Paulo, SP: Parábola.
- Rey, A. (2001). Usos, julgamentos e prescrições lingüísticas. In M. Bagno (Org.), *Norma lingüística* (p. 113-140). São Paulo, SP: Loyola.
- Silverstein, M. (1985). Language and the culture of gender: at the intersection of structure, usage, and ideology. In E. Mertz & R. J. Parmentier (Eds.), *Semiotic mediation: sociocultural and psychological perspectives* (p. 219-259). Orlando, FL: Academic Press.
- Weinreich, U., Labov, W., & Herzog, M. I. (1968). Empirical foundations for a theory of language change. In W. P. Lehmann & Y. Malkiel (Eds.), *Directions for Historical Linguistics* (p. 95-195). Austin: University of Texas Press.